

Níveis de confiança e sociedade de risco*

António Teixeira Fernandes

As transformações em curso em diferentes recantos do planeta, que os meios de informação e de comunicação social vão reduzindo, cada vez mais, a uma grande praça pública de uma pequena cidade - assim se vão configurando as dimensões do orbe - vêm produzindo efeitos, fastos uns e nefastos outros, de alcance de geometria variável. A uma causa comum, com uma enorme economia, muitas das mudanças têm sido atribuídas. A globalização, ou mundialização, - expressões com significação idêntica em uso em diferentes contextos culturais - é apontada como o grande factor, ora dinamizador do desenvolvimento, ora causador das maiores perturbações sócio-económicas e políticas.

A utilização do conceito não tem sido sempre pacífica. Está-lhe, quase sempre, inerente uma conotação ideológica, feita expressão que entra, a bom preço, em discursos de natureza bem diversa, de registo tanto político como científico.

Por mais que se pretenda esconjurar o que a noção encobre e se deseje pôr a claro os objectivos que, com ela, se perseguem, não se pode deixar de reconhecer que se trata de um fenómeno actuante nas sociedades actuais, embora com efeitos perversos a vários níveis. Não se pretende, de momento, proceder a uma análise do fenómeno em si mesmo, mas abordar apenas algumas dimensões nele contidas, susceptíveis de arrastar consigo a desconfiança e o risco existenciais.

* Comunicação apresentada ao Colóquio Internacional "Terrorismo e Ordem Mundial", realizado de 7 a 12 de Abril de 2002, na Universidade dos Açores.

1. O contexto em que actuam as sociedades actuais permite que tudo o que nelas ocorre apresente características de universalidade. As actividades sociais são de molde a assumir, por toda a parte, um carácter mundial. Uma vez desencadeadas, o seu conhecimento e o seu impacto fazem-se logo sentir em diversos pontos do globo. Dir-se-á que o mundo se aproxima de si mesmo, as relações se estreitam e o conhecimento mútuo se torna instantaneamente possível. A Europa viveu, em sonho, esta realidade, desde épocas recuadas. A. De Lamartine antevê, em meados do século XIX, tal desenvolvimento, quando afirma que, com a imprensa, "a humanidade escreverá seu livro dia por dia, hora por hora, página por página; - o pensamento correrá no mundo com a rapidez da luz, - apenas concebido, logo escripto, immediatamente espalhado pelos confins da terra, elle correrá d'um pólo ao outro súbito e instantâneo". Mas se este autor foi capaz de reconhecer "esta democracia da palavra", que são os meios de comunicação social, faltou-lhe a intuição do que a ciência e a técnica viriam pôr à disposição do homem, com as suas potenciais valências¹. Os avanços sucessivos, fizeram com que a coexistência passasse a ser feita de uma alargada copresença. E a nova situação criada dá origem a sentimentos opostos. Tanto gera movimentos de simpatia e de mimetismo, como cria aversão e recusa violentas; tanto abre à presença universal, como desperta o desejo de proximidade e de intimidade no local e no particular. Gerando movimentos contrários, provoca facilmente atitudes contraditórias. Transporta, em si mesmo, a ambivalência e a ambiguidade.

Mas a globalização não é somente um fenómeno de larga escala e de enorme alcance. Aparece também como um esquema de análise, esquema que facilmente adopta um carácter imperialista. Proporciona, com relativa frequência, a explicação dos múltiplos tipos de realidade social e política. E este carácter explicativo englobante é posto depois ao serviço de estratégias de dominação. São de dominação as ideologias de globalização produzidas pelos países do centro do sistema mundial, mas não de menor dominação são as ideologias da anti-globalização, elaboradas pelas sociedades periféricas. Uma e outras tocam-se entre si, na sua relação dialéctica, com idêntico propósito de dominação mundial.

No processo de globalização, não é somente o mundo que se torna presente a si mesmo, por intermediação dos meios de informação e de comunicação social, facilitando experiências de interconhecimento que são

¹ A. De Lamartine, *A Política Racional*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1859, pp. 3 e 4.

certamente de grande enriquecimento para a humanidade. É ainda, e sobretudo, uma cultura que se assume como dominante, na medida em que procura universalizar uma particular visão do mundo. Segundo Pierre Bourdieu, "o imperialismo cultural repousa sobre o poder de universalizar os particularismos ligados a uma tradição histórica singular, fazendo-os desconhecer como tais". Em razão deste procedimento, produzem-se alguns "lugares comuns da grande vulgata planetária que o manejo mediático transforma pouco a pouco em senso comum universal"². Vários são os tópicos ligados a uma cultura particular que se impõem a nível internacional. Os temas circulam na linguagem corrente, entram no discurso político e acabam por ser subsumidos na análise científica. Apresentam-se como conceitos neutros, separados das condições históricas da sua produção, e impõem-se a todos como axiomas indiscutíveis.

De entre as diversas expressões que conhecem tal destino, algumas entram na transação social, obtendo livre curso na linguagem, como sejam as de multiculturalismo, de flexibilidade, de identidade, de *underclass*, de exclusão e de comunitarismo.

Não faltam sequer as que apresentam a natureza de teoria aparentemente sistemática, como é o caso da globalização. Este conceito, fortemente polissémico, produz um efeito de imperialismo, ao pretender "fazer aparecer uma relação de força transnacional como uma necessidade natural"³. Mediante a acção dos *think tanks*, faz-se valer a ideia da inevitabilidade de relações sociais e de práticas culturais que não são mais do que extrapolações de contextos geo-políticos singulares e tentativas de despolitização de processos de dominação. E a vontade de hegemonia avança a pretexto da universalização. A falsa universalização alimenta o discurso e, por seu intermédio, promove o desenrolar de actividades económicas e políticas.

O conceito de globalização faz parte, segundo Pierre Bourdieu, da "nova vulgata planetária", cuja difusão "é o produto de um imperialismo propriamente simbólico", que põe de lado outras noções como as de classe, capitalismo, dominação, exploração e desigualdade. Trata-se de "uma violência simbólica", no seu pleno sentido, uma vez que, com o "imperialismo cultural", se pretende universalizar particularismos de uma experiência singular, negando a sua singularidade e afirmando a sua universalidade. A

² Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant, "Sur les ruses de la raison impérialiste", in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 121-122, 1998, pp. 109 e 110.

³ Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant, *O. c.*, p. 110.

mundialização "tem por efeito, se não por função, vestir de ecumenismo cultural ou de fatalismo economista os efeitos do imperialismo americano". A ideologia neoliberal, que lhe está subjacente, é veiculada pelos *thinks tanks* espalhados pelas sociedades ocidentais, e especialmente concentrados nos Estados Unidos. Com ela, é desvalorizada a função do Estado, os bens de produção tendem a ser privatizados em cadeia e a insegurança salarial e social instala-se por toda a parte. A globalização não será mais do que "uma 'retórica' que os governos invocam para justificar a sua submissão voluntária aos mercados financeiros"⁴. É o reflexo do permanente desequilíbrio das relações de classe e da efectiva hegemonia de alguns Estados.

Em consequência de tal situação, opera-se uma generalizada "colonização mental", através da "difusão destes verdadeiros falsos conceitos" dá-se o "descompromisso económico do Estado", e o "imperialismo da razão neoliberal" avança por todo o mundo, arrastando consigo autênticas situações de servidão voluntária⁵. Sob o signo da globalização, estar-se-á a operar a americanização do mundo. Ao mesmo tempo que se afirma um sistema económico e se impõe um modelo político, assiste-se à luta pelo monopólio da produção de uma visão do mundo. Mais do que o estabelecimento de relações económicas e da criação de redes financeiras, ou em paralelo com elas, é a colonização do mundo vivido que alastra, tudo avassalando.

2. A desterritorialização das noções, com a passagem do seu contexto particular para o campo da universalidade, na tentativa de dominação ideológica que a acompanha, sendo uma falsa universalização, é igualmente um dos factores de desrealidade e de desrealização. O processo em curso, ocultador na sua função ideológica, é também desocultador, na medida em que incentiva a reflexividade social. Negador do direito à diferença, promove dialecticamente, nas culturas periféricas, nomeadamente nos seus elementos mais cultivados e nos meios sociais mais sensíveis, uma reacção contra a vontade de hegemonia das sociedades do centro do sistema económico e político mundial. A globalização desencadeia a necessidade de reconhecimento das identidades culturais e a vontade de encontrar um espaço autónomo e legítimo para os povos afirmarem a sua individualidade de Estados-nação. Segundo Francis Fukuyama, "os conflitos baseados em

⁴ Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant, "A nova vulgata planetária", in *Le Monde Diplomatique*, Maio, 2000, p. 5; Keith Dixon, *Les Evangelistes du Marche*, Raisons d'Agir Editions, 1998.

⁵ Pierre Bourdieu et Loïc Wacquant, "A nova vulgata planetária", *O. c.*, p. 5.

paixões religiosas ou nacionalistas serão muito mais inteligíveis se forem percebidos, não tanto como decorrentes do desejo racional ou da 'optimização do interesse utilitário', mas sobretudo enquanto manifestações do desejo de reconhecimento. A democracia liberal moderna procura satisfazer este desejo de reconhecimento baseando a ordem política no princípio do reconhecimento universal e igualitário"⁶. Na situação do mundo actual, *isothymia*, ou reconhecimento igualitário, e *megalothymia*, enquanto desejo de se ser reconhecido como superior, entram, contudo, entre si, numa relação dialéctica. Na ausência do reconhecimento do outro, imposta pela *megalothymia*, tendem a emergir formas de anomia e, com ela, a agressividade e a violência. O crime é sempre um Mefistófeles da liberdade, que cria inimigos à democracia e desonra o patriotismo. E o medo que ele gera, longe de ser uma virtude, não é mais do que uma ferrugem que corrói os regimes democráticos.

As sociedades contemporâneas são consideradas, com certa recorrência, sociedades de risco. Mostram-no claramente as análises que vêm sendo desenvolvidas por diversos autores, entre os quais se destacam Ulrich Beck, N. Luhmann, Zygmunt Bauman ou Anthony Giddens⁷. O fenómeno, tornando-se difuso, chama a atenção dos sociólogos. Associado a toda a acção humana que exija decisão, revela-se tanto mais eminente e ameaçador, quanto mais as formas de operar escapam a contextos estruturados e definidos, como tendem a ser as situações normais da existência na modernidade.

O mundo social e político torna-se susceptível de produzir, por si mesmo, um estado de afrontamento geral, atingindo as diferentes dimensões da realidade social. Às hegemonias do centro, tendem a opor-se as hegemonias da periferia. Se as primeiras são, por sua natureza, monopolizadoras, não menos o são as segundas. À afirmação de umas, responde-se com a negação das outras. E como a coragem, enquanto sentimento mais ou menos potenciado da própria força, se distribui pelos dois lados dos campos das operações, o sistema mundial não parece encontrar uma via fácil de saída para tal situação, via que passe pela negação da negação, constituindo a sociedade em espaço de convivência dialógica de culturas e de projectos societais. A prática democrática e o processo de democratização são então afectados a nível do mundo.

⁶ Francis Fukuyama, *Confiança. Valores Sociais e Criação de Prosperidade*, Lisboa, Gradiva, 1996, p. 341.

⁷ Ulrich Beck, *Risk Society*, Londres, Sages, 1992; Niklas Luhmann, *Sociologia dei Riesgo*, México, Universidad Iberoamericana/Universidad de Gualajara, 1992; Zygmunt Bauman, *Modernidade e Ambivalência*, Rio de Janeiro, Zahar, 1999.

O afrontamento coloca as sociedades em estado endémico de risco. Por um processo mimético, as sociedades que se opõem às culturas do centro do sistema mundial tendem a reproduzir o esquema que nele vêem como condenável. Se à dominação do centro se opõe a dominação da periferia, à forma oculta de gestão do centro, procuram-se contrapor, em obediência à mesma lógica, as modalidades ocultas da luta anti-centro. São assim criadas as condições para que o risco se torne elemento universalmente presente nas sociedades humanas, configurando-as sob a forma de sociedades de risco. Sociedades da ambivalência, terão de ser necessariamente sociedades de risco.

3. Como diversas são as capacidades de dominação entre os contendores, as armas usadas na luta tendem a ser igualmente desiguais. Relativamente benignas são as manifestações desenvolvidas pelos movimentos sociais, na multiplicidade dos seus contextos. São manifestações próprias da vontade das periferias, enquanto clamor de grupos e de povos que reivindicam o reconhecimento da sua dignidade. Menos benigno é certamente o terrorismo. Inserindo-se naquela mesma estratégia, este apresenta-se como a arma própria e "convencional" das periferias - tendencialmente de todas as periferias - contra as armas convencionais do centro. Trata-se de um meio desigual para um combate igualmente desigual.

Formas larvares de terrorismo têm conhecido as sociedades ocidentais. As suas manifestações, mais ou menos violentas e visíveis, aparecem frequentemente em países como a Alemanha, a Itália, a Inglaterra e a Espanha. Mas o 11 de Setembro de 2001 marca a passagem para o hiperterrorismo. O choque das imagens do *World Trade Center* da ilha de Manhattan, em Nova Iorque, provocou, em todo o mundo, um sentimento de insegurança até então desconhecido. François Heisbourg define o hiperterrorismo como "a conjugação da destruição de massa, tornada possível pelo acesso às tecnologias contemporâneas, com a natureza apocalíptica dos organizadores dos atentados"⁸. Estar-se-á perante a agressão terrorista mais relevante da história humana. Até 1990, o terrorismo era sobretudo de inspiração e de feição política. A partir de Oussama Ben Laden, assume um carácter "metafísico", com a categorização da realidade em termos de bem e de mal, de paraíso e de inferno. Num e no outro campo das operações, adopta-se idêntica linguagem,

⁸ François Heisbourg, *Hyperterrorisme: Ia Nouvelle Guerre*, Paris, Editions Odile Jacob, 2001, p. 11.

dela participando as próprias confissões religiosas, passando a ideologia a fazer parte do arsenal bélico.

Deu-se, na verdade, uma mudança que se poderá considerar qualitativa. Não estão somente em causa os meios utilizados, nem mesmo o impacto quantitativo causado. A natureza dos grupos envolvidos e a sua disseminação universal conferem ao acontecimento uma outra configuração. O 11 de Setembro, mais do que um acelerador de evoluções, é sobretudo um gerador de novas incertezas, porventura mais temíveis.

Um novo tipo de guerra surge no concerto das nações. Frente a frente estão um Estado e uma organização não governamental. Cada um dos contendores conta com os seus aliados. Recompõe-se o campo político mundial e a carta geopolítica reconfigura-se, entrando em jogo novas regras. O hiperterrorismo insere-se na própria lógica da mundialização, usando os seus recursos técnicos e os seus procedimentos. O carácter não governamental dos seus principais protagonistas associa-se ao estado caótico em que se encontram alguns países, que, desse modo, servem de receptáculo à violência organizada. O mundo fragmenta-se em espaços, uns relativamente configurados, como são os Estados, e outros diluídos, como são as organizações terroristas, sustentadas estas pela complacência de governos.

As sociedades assim constituídas dão necessariamente origem a modalidades típicas de risco. Na luta travada, este é sempre maior quanto menos se conhece a extensão do campo do inimigo, se ignoram os pontos onde possa actuar e se desconhecem os meios que utiliza. O terrorismo é uma luta desigual que actua fora dos procedimentos normais de combate, e nele se consubstancia um dos riscos que espreitam por toda a parte e atingem, sem exclusão, as diversas sociedades.

4. A mudança em curso, nas sociedades da modernidade tardia, opera-se por um dinamismo conflitual, susceptível ainda, para além do terrorismo e do hiperterrorismo, de gerar o permanente risco. O mundo actual é considerado de risco, porque do ponto de vista social, económico, político ou da própria natureza, tende a ficar fora do alcance humano e a escapar à sua monitorização e protecção. Tudo está em vias de se converter em fenómeno social e politicamente problemático. As instituições do passado não deixavam o homem tão indefeso, oferecendo-lhe graus mais elevados de confiança.

O risco aparece de modo endémico nas sociedades de hoje, não se manifestando somente como algo de exterior à vida das pessoas. Começa por tomar uma dimensão ontológica. No entender de Anthony Giddens, o risco e o perigo "são vividos em relação com a segurança ontológica". Nas

sociedades pré-modernas, a confiança era depositada nas pessoas, que acreditavam em prescrições religiosas, enquanto, na actualidade, é posta em "sistemas abstractos", os únicos que tendem a proporcionar um mínimo de segurança. Com o desenvolvimento de tais sistemas, a existência social passa a apoiar-se em princípios impessoais e em actuações anónimas. Ora, por maior que seja o controle sobre o mundo social e material, "os altos riscos de baixa probabilidade não desaparecerão do mundo moderno". Existe um "perfil de risco global", de modo que "sentimentos de segurança ontológica e de ansiedade existencial coexistirão de forma ambivalente". Permanece a inquietação em relação ao destino humano. A modernidade tardia produz "um sistema em que as áreas de segurança relativa se entrelaçam com a dúvida radical e com cenários de risco inquietantes"⁹. A ciência e a técnica não eliminam da vida as grandes interrogações existenciais. Muito ao contrário, diminuindo os graus de confiança - que pretendem aumentar - tornam obsidianas as ameaças e os riscos.

Numa sociedade de risco, os efeitos latentes e secundários são difíceis de prever e de acautelar. Trata-se de riscos inerentes ao próprio processo de modernização. O perigo paira sobre qualquer realidade e nomeadamente sobre os empreendimentos em que haja necessidade de optar e de tomar decisões de alguma importância.

Em simultâneo com a ambivalência que rodeia a vida colectiva, dá-se o que Zygmunt Bauman designa por o fim da clareza. As próprias clivagens estruturais com que tendem a apresentar-se os mundos social e político perdem, em grande parte, a sua pertinência, dificultando as possíveis estratégias.

O sentimento difuso de insegurança ontológica é tributária do ecossistema criado pelo homem. E quando se passa à escala das sociedades globais, circunscritas aos Estados-nação, verificam-se, igualmente, manifestações, umas de alto e outras de baixo risco, embora expressas em morfologias diversas. Os níveis de criminalidade vêm subindo de forma assustadora em todas as regiões, não poupando os países ocidentais. Adoptam-se medidas de autoprotecção que, enquanto tais, são indicadoras da quebra de confiança nas instituições e de diminuição do espaço de liberdade. Quanto mais espreita o medo do crime, mais se procura preveni-lo. A vitimização alastra e a sua dimensão é directamente proporcional à frequência dos crimes e à

⁹ Anthony Giddens, *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora, 1992, pp. 85, 86, 88, 89, 93, 100, 103, 108 e 121; *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta Editora, 1994, pp. 185 e 186.

incapacidade das instituições para os debelarem. As experiências de vitimização, próprias ou alheias, permitem a cada um medir os riscos reais ou putativos que corre e de avaliar a protecção de que necessita.

A conjugação dos potenciais riscos que, nas suas diferentes escalas, afectam a vida humana provoca um estado latente de apreensão geral e de agressividade, que pode despoletar, a cada momento, e da forma mais inesperada, a violência e o crime. Parece impor-se a liberdade dos sátrapas e a igualdade do salteadores, erguidas sobre as ruínas da razão e do direito de todos, em que consiste a verdadeira liberdade. Desenvolvem-se ainda, nomeadamente entre os jovens, culturas de contestação do sistema existente. Em paralelo com os gangs que aparecem nos meios urbanos, há ainda grupos que usam meios adequados para exprimirem a sua desafeição em relação ao estado de coisas existente. Estes recorrem aos *graffitis* e à canção, com textos de cariz bem contestatário, assumindo, não raro, um carácter revolucionário.

Alguns desses riscos são naturais, inerentes ao próprio processo de evolução, outros, ao contrário, apresentam-se como o efeito perverso das próprias mudanças. Anthony Giddens fala ainda de "incertezas fabricadas" e de "risco manufacturado", em resultado da intervenção do homem no domínio da natureza¹⁰. Por natureza, poderá entender-se, na sua acepção mais alargada, tanto o mundo físico como o social. Diversificam-se as fontes da incerteza e do risco, em cada um desses domínios.

O homem actual, ao mesmo tempo que se alargam os campos de relação, mas se encurtam os espaços de intercâmbio pessoal, sente-se sozinho no meio da multidão. Reduzido a indivíduo, deixa de ser pessoa. Se se multiplicam os contactos, diminui o calor da relação.

À sensação de se ser estrangeiro no próprio meio social em que se nasce e se vive, pode aliar-se, em muitas situações, a "terna indiferença do Mundo". A exaltação da vida como indiferença, desenvolvida numa espaço vivenciado como estrangeiro, de acordo com a sensibilidade de cada momento, faz com que as coisas valham por si mesmas, sem pretenderem ter sentido. No absurdo em que se cai, o que importa será "fugir à engrenagem, saber se o inevitável pode ter uma saída", dando-se "um salto para fora do rito implacável"¹¹. Este universo idealizado por Albert Camus, mais do que o da multidão solitária, tende a converter-se, em múltiplas circunstâncias, no normal modo de vida de muitas existências.

¹⁰ Anthony Giddens, *Para Além da Esquerda e da Direita*, pp. 3 e 4.

¹¹ Albert Camus, *O Estrangeiro*, Lisboa, Livros do Brasil, 2001, pp. 119 e 130.

A situação do homem no mundo contemporâneo apresenta-se deveras paradoxal. A reflexividade estende-se a todos os domínios da vida humana, envolvendo dimensões da sociedade e da natureza e potenciando capacidades, mas tal extensão não arrasta necessariamente consigo um estado que proporcione ao homem, individual e colectivamente considerado, o controle do seu próprio destino. O risco é conatural à existência de hoje, porque se vive rodeado, de todos os lados, pela ambiguidade e pela contingência. Esta contingência é estimulada pela permanente crítica. Quando parecia que o homem havia alcançado condições para uma vida aprazível e condigna, é que as angústias mais o assediam. Este é o drama do homem num mundo que, em si mesmo, se apresenta igualmente como dramático.

5. No mundo da ambivalência e do risco, a dúvida rodeia, em permanência, os diversos aspectos e domínios da existência humana, apagando as claridades e destruindo as certezas que eram habituais ao homem. A ansiedade torna-se, por sua vez, na expressão de Kierkegaard, a outra face da liberdade. O homem, condenado à liberdade, parece ter dificuldade em conviver com ela. As relações sociais entram em crise ou perdem a sua consistência, e a própria incerteza penetra todo o tipo de argumentação. O fundamentalismo, o desânimo ou o sentimento de tragédia passam a acompanhar a vida das pessoas no seu quotidiano.

Um processo de relação circular entra em acção. Não é somente a ordem global que exerce influência sobre os actos individuais. Estes determinam, na sua própria medida, aquela. A ordem global não é algo de entificado e de absoluto, mas uma construção social que resulta da acção dos indivíduos. E neste mundo de influências mútuas, a oportunidade e o perigo andam à mistura.

Quanto mais o homem procura colonizar o futuro e aumentar sobre ele um grau elevado de certeza, mais depara com a surpresa e o risco. Os processos de destradicionalização e de diluição dos universos de certeza e de segurança tendem a dar origem a estados de ansiedade colectiva e à busca de referenciais estáveis. A emergência do fundamentalismo ou de procedimentos estremados aparece como a outra face dos medos que povoam o imaginário colectivo de muitas populações. O medo adquire uma expressão particular num mundo de dúvida radical. Uma vez instalado, muitas podem ser as suas manifestações.

Toda a mudança envolve riscos, no mundo da contingência constituído pela sociedade humana. Mas a noção de risco tende a referir-se a situações muito diversificadas em que existe a incerteza. Torna-se indissociável da ideia de probabilidade e assume sentido sobretudo "numa sociedade orientada para

o futuro, uma sociedade que vê o futuro precisamente como um território a ser conquistado ou colonizado"¹². Na actualidade, são bem conhecidos os graus de confiança depositados pelas pessoas nas instituições sociais, e tais graus são relativamente baixos.

Mas o risco revela ainda, nas sociedades hodiernas pressionadas pela mudança, valências positivas. Se produz estados de ansiedade, provoca igualmente a excitação que acompanha a aventura, estando-lhe assim associada uma dinâmica estimuladora. Não é, todavia, possível à existência humana enfrentar o risco, a não ser a partir de graus suficientes de certeza. É com base em tal certeza que se encara activamente, com alguma confiança, o futuro. Este somente tem sentido no contexto das sociedades secularizadas de hoje, concebidas como mera construção do homem. O futuro posto fora do alcance da capacidade humana, não se acreditando, como outrora, na providência de um Deus, não deixa de ser rodeado de riscos. A gestão dos riscos surge em sociedades que, vivendo na contingência, pretendem programar o futuro e, a cada passo, deparam com a incerteza.

6. Mostesquieu sustenta que "as instituições afundam-se no seu próprio sucesso". Um duplo processo actua nesse sentido. Introduce-se, por um lado, um choque de culturas. Desencadeia-se, por outro, o que Joseph Schumpeter designa por "destruição criadora", que faz avançar as sociedades. A associação destes dois fenómenos - do choque de culturas e da destruição criadora - ainda que associados ou indispensáveis à evolução civilizacional, tende a criar profundos desequilíbrios. A modernização ocidental, tornada imperativo universal, gera, no seio das culturas particulares, movimentos contraditórios, de homogeneização e de heterogeneização. Este processo actua por acção de uma descontextualização e de uma recontextualização, em que as condições e as situações existenciais são revolvidas.

No novo contexto, as pessoas, colocadas em situações de turbulência e de constante imprevisto, vêem-se privadas dos referenciais religiosos de carácter transcendente, próprios das sociedades tradicionais. Segundo Anthony Giddens, "a religião é, em mais de uma maneira, um meio organizador da confiança", na medida em que "gera um sentimento de fiabilidade dos acontecimentos sociais e naturais, contribuindo, assim, para a suspensão do espaço-tempo"¹³. Mais ainda: Deus é, para Leibniz, o "geometral de todas as

¹² Anthony Giddens, *O Mundo na Era da Globalização*, pp. 33, 34, 35, 41, 42 e 43.

¹³ Anthony Giddens, *As Consequências da Modernidade*, pp. 80, 85 e 86.

perspectivas", isto é, o lugar onde se reconciliam todos os pontos de vista parciais, ou a *coincidentia oppositorum*, na expressão de Georg Simmel, tomada de Nicolau de Cusa. Ainda que a verdade, segundo Pierre Bourdieu, seja apenas "a relatividade generalizada dos pontos de vista", Deus é sempre o plano geometral para o qual confluem as aspirações e os sonhos do homem, e onde se resolvem as antinomias da vida. As sociedades, no passado, entregavam o futuro à Providência de um Deus. Não o questionavam, porque também não dispunham de instrumentos capazes de o controlar. O grau de confiança que a religião desperta e que perdura ainda no imaginário colectivo de hoje origina frequentemente modalidades diversas de retorno do sagrado, a mais extremada das quais é o fundamentalismo. Consiste este na radicação numa crença, que não é mais do que a busca de uma radical segurança, contraponto da actual insegurança radical. A existência humana coexiste com uma multiplicidade de riscos, uns pessoais e localizados e outros impessoais e globais. Sendo difícil ou impossível controlar os efeitos perversos das acções humanas, está-se em permanente incerteza. A ambivalência gerada apela a uma maior reflexividade. Quando as ameaças vêm de toda a parte, redobra a atenção. A tensão instala-se e, quando continuada, pode provocar estados de agressividade.

Uma gama variada de circunstâncias afecta o espírito de confiança do homem. Entraram, de certo modo, no seu ocaso os sistemas simbólicos que, no passado, eram capazes de gerar estados superiores de segurança. Para além das religiões, que vêm perdendo essa capacidade ou, ao menos, deixam de exercer a sua influência, de forma determinante, sobre a totalidade das sociedades, os Estados são, cada vez menos, factores de integração. As famílias encontram-se em decomposição. Os valores éticos deixam de ter a capacidade de normalizar a vida social. O individualismo exacerbado corrói, por dentro, os ligames sociais, deixando o homem entregue a si mesmo e indefeso, por falta de um denso tecido social que garanta a sua autonomia e a sua segurança. Esta, para além de realidade objectiva, apresenta-se também expressa em estados subjectivos. Na modernidade, as duas dimensões — objectiva e subjectiva - da confiança, na sua relação directa ou inversa, potenciam ou diluem o espectro do risco.

Ao contrário do que sucede no mundo de hoje, havia outrora estruturas de confiança solidamente constituídas. Os campos sociais, oferecendo embora estruturas objectivas mais circunscritas e de menor extensão de relação, davam origem a ligames sociais mais estreitos e de interconhecimento. Essas estruturas objectivas estavam na base de correspondentes estruturas subjectivas. A confiança gerada possuía um duplo suporte, certamente mais

assente nas segundas do que nas primeiras. Não quer dizer que o risco estivesse eliminado da vida social. O risco é uma realidade que começa por existir na mente das pessoas, podendo assediá-las mesmo nas condições de maior segurança material. A dimensão por ele atingida estreita-se ou alarga-se, de acordo com a densidade do tecido social e da forma como as pessoas nele se posicionam e o constróem simbolicamente. A consciência do risco tem aumentado, porque também se vem apagando o calor das relações sociais, tornando-se o homem, em situação de confiança diminuída, inimigo do homem - *bellum omnium contra omnes*.

7. São, efectivamente, baixos os níveis de confiança nas sociedades de hoje, tendencialmente globalizadas. De acordo com a teoria desenvolvida por F. Tönnies, compendiada em termos de comunidade e de sociedade, os valores e as normas informais próprios da primeira são progressivamente substituídos pela lei e por regras racionais e formais na segunda. O relacionamento humano perde o seu carácter moral, à medida que as sociedades se baseiam em premissas exclusivamente individualistas. Maximizando a liberdade individual, postergam-se os valores e as normas sociais, com efeitos na cooperação e na solidariedade humanas. Ao mesmo tempo que se partilham menos valores comuns, cresce a competitividade e, com esta, desce a confiança. Uma vez atingida a confiança, tanto pública como privada, dissolvem-se as relações de cooperação.

As culturas, assim como os indivíduos, "acreditam" que possuem uma valia e uma dignidade que lhes são próprias. Algumas homologias se encontram no campo dos universos simbólicos pessoais e nos diversos campos sociais. A valia e a dignidade precisam ser reconhecidas pelos outros. O reconhecimento é essencial à existência das comunidades e das culturas. As pessoas buscam o reconhecimento. Quanto menos confiança existe, menos se é reconhecido e mais se tende a tomar atitudes radicais. A intolerância de toda a ordem e o fanatismo traduzem baixíssimos graus de confiança. A perda desta nas instituições é acompanhada de uma certa degradação da conduta ética e a degradação é, por sua vez, seguida de fenómenos como o declínio da harmonia familiar, a desordem social, a violência e a criminalidade.

Entraram claramente em declínio os processos de construção social da confiança. Segundo Francis Fukuyama, "há duas fontes principais de um raio de segurança alargado: a religião e a política". Porque a religião, como acima se mostrou, está em vias de uma crescente diluição, com a abertura e a recomposição do seu campo, e a política assiste a uma relativa desagregação, "as sociedades liberais compram a ordem política ao preço do consenso

moral". Analisando a importância da confiança na vida económica, este autor sustenta que "os gurus da era da informação" afirmam que esta promove "a devolução do poder à população e a libertação das pessoas das imposições provenientes das organizações, centralizadas e tirânicas, para as quais trabalhavam". De acordo com esta perspectiva, "a tecnologia é mortal para todas as formas de hierarquia"¹⁴. Com o esboroar das hierarquias, chega-se ao colapso da autoridade, operando-se a queda no relativismo, segundo o qual nenhum conjunto de regras ou normas pode ou deve ter autoridade. Um consenso moral conseguido por mera via discursiva terá de ser necessariamente instável, sujeito como está, em cada momento, a renovados consensos.

Contrariando tais perspectivas, Francis Fukuyama pensa que esses teóricos negligenciam "um factor crucial: a confiança e as regras éticas partilhadas que a ela estão subjacentes. É que as comunidades dependem da existência de uma confiança mútua e sem ela não virão espontaneamente à luz do dia". Não se vivendo de acordo com regras éticas interiorizadas, escasseia o espaço para a existência da confiança entre as pessoas. E "a confiança não reside nos circuitos integrados ou nos cabos de fibra óptica. A confiança emerge da prática de comportamentos de valor e a sua presença ou ausência numa sociedade é determinada por hábitos, por costumes, por atitudes morais - numa palavra, pela cultura"¹⁵. Na base da comunidade, está a confiança, e esta é determinada pela cultura. A confiança reveste-se de graus e de cambiantes, de harmonia com a cultura existente, tipificada em função da densidade do tecido social. São empreendedoras e em contínuo desenvolvimento as sociedades que possuem elevados graus de confiança. Esta gera expectativas em relação à conduta estável e honesta, normalizada por regras partilhadas em comum.

8. A existência do outro - sobretudo de um outro dador de sentido — constitui, nas representações colectivas, um elemento essencial da existência de cada um. O sentimento de alteridade, povoando a mente das pessoas, atinge e envolve as suas próprias consciências. Porque o homem é um ser de relação, a consciência comum do que é comum precisa de se fortalecer e de se estender, desencadeando, ao nível individual, o calor da relação face a face, e, no plano mundial, a necessidade de um novo contrato social e político. A existência do

¹⁴ Francis Fukuyama, *A Grande Ruptura*, Lisboa, Quetzal Editores, 2000, pp. 406, 408 e 409; Francis Fukuyama, *Confiança*, p. 34.

¹⁵ Francis Fukuyama, *Confiança*, pp. 35 e 36.

outro - indivíduo ou nação - postula a coexistência pacífica, na participação do que é património comum da humanidade, fazendo com que os Estados caminhem para tipos diferentes de relacionamento.

O desenvolvimento da consciência de cidadania do mundo não é, contudo, acompanhada, em todos os indivíduos e nações, de reais condições de uma mesma cidadania. A desconfiança existente entre as culturas e as civilizações atravessa as sociedades, neste início de milénio. Os conflitos de toda a ordem explodem por toda a parte, invadindo o quotidiano dos indivíduos. E quanto mais cresce a desconfiança, menos hipóteses há de futuro. O porvir somente se pode construir na justiça, na igualdade e na solidariedade, e tal construção opera-se mediante procedimentos que levam, em tudo, a evitar o mal, a procurar o bem e a fazer sempre a escolha que conduza a uma organização progressiva da ordem social baseada na liberdade da acção e na igualdade dos direitos.

Se a globalização desperta uma consciência comum, a essa consciência deve estar ligada uma particular sensibilidade em relação às exigências de humanidade e aos riscos que a assolam. A confiança está associada a um imperativo de solidariedade mundial. Se tudo pode mudar e perecer, não poderá, no entanto, mudar nem perecer o dever de justiça em relação a cada homem, a cada cidadão, a cada cultura e a cada povo. O sentimento pessoal da honra é indissociável do sentimento social que envolve e potência aquela honra.

O abaixamento dos níveis de confiança não é mais do que o reverso do aumento da consciência do risco. Este fenómeno parece não deixar ninguém imune. É que, segundo Anthony Giddens, "a globalização não diz apenas respeito à criação de sistemas em larga escala, mas também à transformação de contextos locais, e até pessoais, de experiência social". Ela não será "um incidente passageiro nas nossas vidas. É uma mudança das próprias circunstâncias em que vivemos. É a nossa maneira de viver actual"¹⁶. Uma mudança profunda está em vias de atingir a vida humana, em diversos planos, e essa mudança é acompanhada de uma inquietação geral.

Mas a mundialização, pelas mudanças que opera, dá origem a uma consciência nova. Já não se trata de conjuntos justapostos ou interdependentes de povos e de Estados, tidos como independentes e soberanos. A humanidade toma consciência de si mesma como comunidade que não conhece limites, e

¹⁶ Anthony Giddens, *Para Além da Esquerda e da Direita*, Oeiras, Celta Editora, 1997, p. 4; Anthony Giddens, *O Mundo na Era da Globalização*, Lisboa, Editorial Presença, 2000, pp. 29 e 32.

que, por isso, deseja derrubar as fronteiras. A liberdade, quando não pertence a todos, degenera em opressão.

Se os riscos criados pelo terrorismo e pelo hiperterrorismo fazem descer os níveis de confiança em plano mundial, promovendo simultaneamente os procedimentos de controle em relação à mobilidade geográfica e atingindo as liberdades e garantias dos cidadãos, desenvolve também no homem uma consciência nova de pertença a uma humanidade comum. À custa do cerceamento dos direitos do homem - que significa o fim do optimismo próprio de uma democracia aberta e em expansão - parece emergir mais viva e mais consciente a sensação de pertença a uma pátria comum, onde todos os homens, possuindo igual dignidade, são chamados a usufruir de uma equitativa distribuição de bens. E, face às ameaças que, sob a influência do terrorismo, pairam sobre as diversas sociedades, desperta uma vontade de aproximação entre os povos e de concerto entre as nações. Esse será um dos efeitos positivos de um fenómeno que, em si mesmo, está carregado de negatividade.

9. A consciência que a humanidade de si mesma vai adquirindo torna-se contemporânea da convicção de que não bastam as relações de interdependência, que normalmente regem o intercâmbio entre os Estados, para conter a violência de um inimigo que se encontra em toda a parte, sem localização territorial precisa. Essa consciência é alimentada pela sociedade em rede, que se forma nos diversos domínios da actividade humana. Esta realidade nova na história da humanidade é de largas e imprevisíveis consequências. A promovê-la e a dar-lhe uma configuração cada vez mais definida estão igualmente as acções colectivas que surgem em diferentes contextos e os novos movimentos sociais que se desencadeiam, ou podem desencadear-se, à volta de questões que têm a ver com a qualidade da vida humana.

A arquitectura política do mundo não pode deixar de sofrer, em consequência disso, profundas alterações. Da situação de, interdependência à escala internacional, está a passar-se à era da mundialização da condição humana. A política, como vem sendo concebida, perde progressivamente a sua capacidade polarizadora. À incapacidade ou desencanto da política formal, própria do sistema político, corresponde a emergência de uma sub-política. As sociedades configuram-se a partir da sub-política, sub-política que, em sociedades democráticas, possui a capacidade de alterar radicalmente as situações existenciais. O poder desta política irrompe com vigor no seio de grupos e de movimentos sociais, pondo em causa os próprios sistemas

políticos, ou questionando a sua legitimidade. A hora parece ser a das grandes reformas da constituição e de acção do poder.

Em resultado disso, Ulrich Beck defende que "é preciso que as pessoas abandonem a ideia de que as administrações e os peritos sabem exactamente, ou pelo menos sabem melhor, o que é certo e bom para todos: a desmonopolização da pericialidade" Nem sempre os políticos e os gestores têm em conta a ambivalência existente nas sociedades de hoje, continuando a usar os procedimentos de outros tempos, revelando certa dificuldade em se habituar ao "purgatório das opiniões contrárias"¹⁷. É o próprio modelo de democracia que está em causa, numa época em que a democracia participativa se impõe de maneira irrecusável.

Se, por sua vez, o terrorismo assume uma dimensão nacional, o hiperterrorismo estende-se até aos confins das sociedades. Um e outro introduzem uma transformação profunda nas modalidades de fazer a guerra. Sob a sua forma nuclear, bacteriológica ou química, está em vias de se tornar o modo dominante de conflagração. Utilizando a tecnologia disponível, é reflexo de uma situação antagónica de dominação de culturas e de Estados, e de exclusão não consentida por parte de outras culturas e de outros Estados. O poder político perde o monopólio da violência física legítima, considerado por Max Weber, entrando em jogo as redes terroristas internacionais e as comunidades suicidárias, que têm como alvo populações civis indefesas. A sua legitimidade passa a vacilar entre o uso e o não uso da violência. Uma e outra atitude exprimem a contradição em que aquele poder se encontra envolvido. A vulnerabilidade é grande em relação à violência que lhe vem do exterior e que invade todas as fronteiras, de maneira invisível e silenciosa. Sendo uma violência exterior, usa os recursos do próprio país onde se manifesta. Mas o Estado fica, além disso, vulnerável à violência que surge na própria estrutura da sociedade, e que o combate, ora sob a forma de guerrilha, ora nas suas expressões mais suaves de desvio e de criminalidade, relativamente generalizadas.

10. A democracia e a sua manutenção entram, em consequência disso, em certa desagregação. Os partidos políticos extremistas, de direita e de esquerda, tendem a sublinhar a ingovernabilidade das democracias, dizendo que estas estão na origem desses efeitos perversos¹⁸. Nomeadamente o avanço da extrema direita não deixa dúvidas acerca do mal-estar sentido nas democracias

¹⁷ Ulrich Beck, *Modernidade Reflexiva*, Oeiras, Celta Editora, 2000, pp. 29 e 30.

¹⁸ Albert O. Hirschman, *O Pensamento Conservador. Perversidade, Futilidade e Risco*, Lisboa, Difel, 1997.

actuais. Não se pretende proceder, na presente abordagem, à sua análise ou ao estudo das fissuras nelas criadas, susceptíveis de desencadear fenómenos de variável envergadura. Deseja-se apenas sublinhar que é a confiança que faz emergir o capital social indispensável à prática democrática. A aquisição desse capital requer a habituação às normas morais de uma dada comunidade, e traduz-se na lealdade, na honestidade e na ligação ao grupo. Segundo Francis Fukuyama, o capital social é o "cadinho da confiança"¹⁹. A democracia implica não só um adequado quadro jurídico e institucional de funcionamento, mas também o respeito mútuo e a tolerância na vida social. Tenderá a impor-se, de contrário, um Estado coercitivo, o único capaz - assim vulgarmente entendido pela população - de assegurar a ordem social. A democracia plena está na razão directa da confiança existente, e esta tem a ver com a cultura democrática. Com a sua diminuição, emerge o governo interventor e controlador, com o conseqüente encurtamento dos espaços de liberdade. O fenómeno manifesta-se tanto à escala mundial, na relação entre os diversos povos e culturas, como no espaço de cada sociedade. Os países com elevados níveis de confiança praticam a descentralização e favorecem o desenvolvimento integrado e extensivo a todos os ambientes, assim como a multiplicação e o fortalecimento dos grupos e das associações. Mesmo os que teimam em manter o sistema político de forma inamovível e recusam introduzir as mudanças que, com a maior evidência, as condições actuais exigem não deixam de reconhecer que os graus de confiança desceram exageradamente na vida social, fazendo subir a crispação na vida colectiva, e que aquela descida e esta crispação são um indicador da consciência dos riscos com que se confrontam as pessoas. Querendo-se salvar a democracia dos riscos que a rodeiam, há que investir em confiança, nas relações entre os homens. Humanidade e confiança andam associadas. Se é com mais humanidade que se constróem as sociedades em mais democracia, é com mais democracia que se constrói mais humanidade. A relação é circular.

¹⁹ Francis Fukuyama, *Confiança*, p. 43. 202